



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANDREY PORTO ROCHA**

**GUERRA DE MEMÓRIA E UM BRASIL PARALELO: REVISIONISMO E  
NEGACIONISMO NO DOCUMENTÁRIO “1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E  
LIVROS”**

**CAMPINA GRANDE  
2019**

ANDREY PORTO ROCHA

**GUERRA DE MEMÓRIA E UM BRASIL PARALELO: REVISIONISMO E  
NEGACIONISMO NO DOCUMENTÁRIO “1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E  
LIVROS”**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao departamento de História  
da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Licenciado em História.

**Área de concentração:** História Política.

**Orientador:** Prof. Dr. José Adílson Filho.

**CAMPINA GRANDE  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C672r Rocha, Andrey Porto.  
Guerra de memória e um Brasil paralelo [manuscrito] :  
Revisionismo e negacionismo no documentário "1964: O Brasil  
entre armas e livros" / Andrey Porto Rocha. - 2019.  
28 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2019.  
"Orientação : Prof. Dr. José Adílson Filho, Coordenação  
do Curso de História - CEDUC."  
1. Guerra de Memória. 2. Revisionismo. 3. Negacionismo.  
4. Ditadura militar. I. Título

21. ed. CDD 981.063

ANDREY PORTO ROCHA

GUERRA DE MEMÓRIA E UM BRASIL PARALELO: REVISIONISMO E  
NEGACIONISMO NO DOCUMENTÁRIO “1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E  
LIVROS”

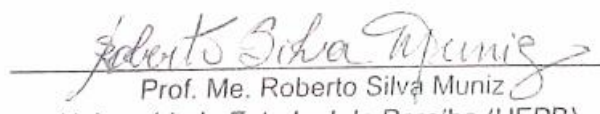
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao departamento de História  
da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Licenciado em História.

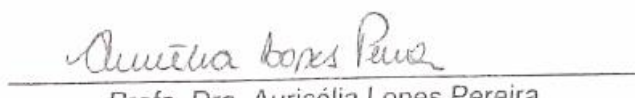
Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 06/05/2019.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. Roberto Silva Muniz  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dra. Auricélia Lopes Pereira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus ancestrais, especialmente meus avós, que não obstante me criarem com bastante carinho, me apoiaram nessa tarefa árdua de formação acadêmica. Ao meu avô (*in memoriam*), onde quer que esteja, meu mais profundo agradecimento.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	6
2	A GUERRA DE MEMÓRIA, REVISÕES E NEGAÇÕES.....	9
3	UMA HISTÓRIA PARALELA PARA O BRASIL.....	14
4	CONCLUSÃO.....	23
5	REFERÊNCIAS.....	25

# GUERRA DE MEMÓRIA E UM BRASIL PARALELO: REVISIONISMO E NEGACIONISMO NO DOCUMENTÁRIO “1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS”

Andrey Porto Rocha<sup>1</sup>

## RESUMO

Nos últimos anos, o debate memorial acerca da ditadura ganhou novo fôlego, principalmente depois da chegada ao poder de grupos de extrema-direita no país, que passaram a atuar não apenas no âmbito político mas também cultural, produzindo livros, vídeos e filmes. Sendo assim, a presente obra busca tratar da *guerra de memória* como palco para a produção do documentário revisionista e negacionista *1964: O Brasil entre armas e livros*, evidenciando a mentalidade por trás deste, o lugar social daqueles que o compõe, influências, contexto do qual surge o filme e sua relação com essa guerra memorial, enxergando os autores de tal como sujeitos surgidos a partir desta. Entendendo tal filme como uma obra produzida por grupos de direita, neoliberais etc, que negam a historiografia a partir do seu ponto ideológico, esse trabalho pode contribuir para o entendimento do surgimento não só desta obra, mas de outras que possam ser produzidas por tais grupos.

**Palavras-chave:** Guerra de memória. Revisionismo. Negacionismo. Ditadura Militar.

## ABSTRACT

In recent years, the memorial debate about the Brazilian dictatorship has gained new momentum, especially after the coming into power of far-right groups in the country, which began to operate not only politically but also culturally, producing books, videos and movies. Thus, the present work seeks to address the *war of memory* as the stage for the production of the revisionist and negationist documentary *1964: Brazil between weapons and books*, highlighting the mentality behind it and the way of its composers, influences, the context from which the film is produced and its relations to this memorial war, seeing the authors as subjects rising from it. Understanding such a film as a work produced by right-wing groups, neoliberals etc, which deny historiography from their ideological point, this work can contribute to the understanding of the emergence not only of this movie, but of others that may be produced by such groups.

**Keywords:** War of memory. Revisionism. Negationism. Military Dictatorship.

---

<sup>1</sup> andreyportorochoa5@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A História é orgânica, produto de homens e suas análises a partir de suas posições espaciais e temporais. Como tal, é compreensível uma continuada revisitação de temas outrora já estudados para que novas perspectivas se abram e novos rumos em debates sejam tomados. Entretanto, tais novas perspectivas precisam de uma produção que surja a partir de um debate coeso com a Historiografia e com a escrita do Historiador. Um destes temas que está sempre tendo seus jardins de conhecimento revisitado, é o do período da Ditadura Militar no Brasil, instituída a partir de 1964. Recentemente, vários debates e documentos tem reavivado uma produção de uma nova memória do período ditatorial; algumas destas produções, criadas a partir da efervescência política que toma lugar no país desde pelo menos 2013 e carentes do que Certeau vai estabelecer como *Operação Historiográfica*<sup>2</sup>, ao afirmar que “Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* [...], *procedimentos* de análise [...] e a *construção de um texto*”.

Uma das obras mais vistas popularmente hoje, justamente sobre a Ditadura Militar brasileira, é o documentário do grupo *Brasil Paralelo, 1964: O Brasil Entre Armas e Livros*, encontrado, entre outras vias, no site de *streaming* YouTube<sup>3</sup>. Tal documentário surge a partir de um confronto entre a memória, tomada para si como verdade por grupos saudosistas da ditadura – em confronto com a Historiografia e até mesmo com o papel do Historiador<sup>4</sup>. Tal obra tenta, em obscuro *modus operandi*, suplantar a história acadêmica em prol de seu reconhecimento e da elevação de seus pares. Como relata Motta<sup>5</sup>: “[...] em anos recentes, ocorreu uma verdadeira invasão da Memória no espaço público, acompanhada de febre comemorativa e da afirmação de vários grupos que reclamam o reconhecimento de suas representações de verdade”. Para tanto, esse trabalho, a partir da perspectiva de um historiador – reconhecendo seus pares – busca sair em defesa da historiografia em uma análise em cima do documentário supracitado; este um símbolo de poder intelectual que outorga para si um papel maior do que lhe caberia.

A problematização que deve ser realizada frente a tal mídia é a de questionamento dos argumentos negacionistas, dando luz a estes conceitos, suas nuances, lembrando sempre o impacto de tal produção em meios sociais. Afinal, para se ter ideia, apenas o *trailer* de estreia do documentário atingiu um total de mais de 1 milhão de visualizações na sua principal plataforma de *streaming*<sup>6</sup>.

O Brasil tem em sua história recente a problemática de olhar o passado tapando os olhos. A ditadura não fora velada e seus dispositivos não foram enterrados, mas perpetuados e ressignificados dentro de uma nova velha lógica. Nesse sentido, na república que de maneira frágil ainda existe, a maturidade para

<sup>2</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: 25 nov. 2019.

<sup>4</sup> Como diz Manoel Guimarães em *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória* (2007, p.21), é papel da historiografia, e portanto do historiador, também indagar as formas de produção do passado, e em suas palavras, “[...] o passado só adquire efetiva existência a partir dessa interrogação com o presente [...]”.

<sup>5</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 57-69, janeiro-junho 2013.

<sup>6</sup> *YouTube*.



se tratar temas históricos acaba sendo minada por setores da sociedade, mais conservadores, que ergueram-se nas ruas para derrubar o governo e forjaram formas de criar, de sua maneira, estas memórias impositivas a partir de dispositivos pseudointelectuais. Nessa perspectiva, é cabível lembrar que para estes grupos, o Historiador e seu discurso são apenas ferramentas ideológicas e escriturárias, uma perspectiva posicionada e antagônica às suas crenças e facilmente passíveis de eliminação.

Assim, devemos entrelaçar o debate acerca do *revisionismo* e *negacionismo* com a crítica historiográfica ao documentário, fruto da produção de uma memória que tem sido perpetuada nos últimos anos. Para tanto, tal debate sobre a Memória deverá aqui ser tratado através do conceito de *Guerra de Memória*. Para João Roberto Martins Filho<sup>7</sup>, é nesse contexto onde se apresenta o embate de memórias protagonistas do período da Ditadura Militar, como uma continuidade da rivalidade político-ideológica após o fim do regime.

O autor, por exemplo, elenca como as esquerdas conseguiram tornarem-se protagonistas de uma resistência no campo da memória, com a ideia da resistência pela narrativa, enquanto os oficiais gostariam que “[...] se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento” (2002, p.179). Enquanto os “vencedores”, isto é, os militares, buscavam, portanto, virar a página com relação ao período, sendo guiados por uma ideia de total e absoluta anistia (até mesmo para criminosos torturadores), os anteriormente perseguidos lutam para mostrar que a ferida ainda está aberta. Nas palavras do general Oswaldo Muniz Oliva (OLIVA apud FILHO, 2002), “[...] alguns se especializaram em escrever novelas ou filmes com textos aparentemente históricos, mas com conteúdos que valorizam alguns de seus “heróis”, subvertendo a verdade”. A partir disso, ainda que observemos, anteriormente, um desejo pelo esquecimento, a direita brasileira assumiu um caráter de uma nova batalha; não mais se esquece, mas se relembra, com outros olhos, e divulga-se mais amplamente. Tomam a sua própria verdade, agora, como *A Verdade*, e partem para a construção de seus próprios propósitos memoriais, paralelos à historiografia que julgam contaminada por um *marxismo cultural* ou *gramscismo* que teria tomado conta da educação e da História brasileira.

O momento atual da qual a Historiografia passa é de questionamentos duvidosos acerca de sua veracidade e atuação por parte de grupos negacionistas da ditadura, com uma ação que relativiza acontecimentos do período e é defendida pelos grupos no poder do país atualmente. Temos, portanto, uma produção de documentos propagandísticos nivelados e vendidos como história, produzidos por grupos encabeçados por pessoas como Olavo de Carvalho, Hélio Beltrão, Bernardo Kuster e outros – grupos de poder recriando uma narrativa *passadista*, saudosista.

Tendo em vista isso, vemos como perigosa essa incidência de grupos que tendem ao autoritarismo em nome do liberalismo. Desde o segundo reinado brasileiro se é sabido que “nada se assemelha mais a um *saquarema* que um *luzia* no poder”<sup>8</sup>. É fácil perceber a ideologia predominantemente conservadora presente em qualquer produção destes grupos, principalmente no documentário

<sup>7</sup> FILHO, João Roberto Martins. A guerra da memória: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia história*, v.18, n.28, p.178-201, 2002.

<sup>8</sup> Frase icônica proferida por Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, político pernambucano do período do segundo reinado e que aponta a similitude entre os partidos conservador e liberal, antagonistas mas com o mesmo *modus operandi*.

do *Brasil Paralelo*, que busca, pelo *não-dito*<sup>9</sup>, ainda que gritado, “revelar” uma “verdade escondida” pelos professores de História. Se coloca como uma ponta de flecha indo na direção oposta dos educadores, de maneira que nega a academia e a põe como inimiga do povo.

É interessante notar que essa onda de *negacionismo* que toma conta do pensamento do país, advinda de certa maneira do *revisonismo*, é contagante e tóxica – não atinge somente a História, mas também declara guerra a vários cânones científicos, que são alvos de ataques de Olavo de Carvalho, conservador participante no filme<sup>10</sup>. Tal *negacionismo* age em duas vias; a primeira negando aquilo que se pretende negar por estar em desacordo com o pensamento ideológico de seu pregador, e a segunda de afirmar o exato oposto; há aqueles que negam que a ditadura tenha sido autoritária mas que afirmam que a tortura era sim necessária, ou aqueles que, como diz Dezemone (2014, p.66), defendem o regime “[...] por meio da valorização do que seriam “medidas positivas”, dentro da lógica dos anos de ouro, ao mesmo tempo que negam as ações dos anos de chumbo”. A maneira de operar desse pensamento também se aplicará com *terraplanistas*, *negacionistas climáticos*, dentre outros.

A recepção do documentário atingiu uma grande esfera da população nas mídias sociais e também em campo acadêmico. Já em seu início, a obra denuncia uma suposta censura por parte de universidades àqueles que quiseram apresentar o filme em suas salas. Nas redes sociais, comentários daqueles que aguardavam ansiosamente pelo filme, como Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República e que se diz ávido acompanhante do canal do *Brasil Paralelo*. Além destes, aqueles jornalistas que se põem a favor do documentário e aqueles que se colocaram como contrários.

O perigo da tendência desse tipo de película e toda obra que se assemelhe a ele nos faz pensar que é necessário se atentar a tais produções. Esse tipo de obra, veiculada abertamente, não tem a proposição de causar indagação crítica mas sim de formar oposição imbuída de uma lógica neoliberal autoritária. É em seu fácil acesso que reside seu maior poder; seu alcance para alunos que estarão nas salas de aula, pais, familiares diversos e degustadores de fórmulas prontas e teorias da conspiração. E a partir daí, a nocividade de tal produção se acentua – se antes pudera ser visto, de algum modo, como inofensivo, devemos alertar que esta não deve ser, portanto, subestimada; e que o estrago que suas relativizações e afirmações trazem é um perigo.

Dado isso, a primeira seção deste artigo tem como objetivo debater a produção dessa memória paralela que forma-se a partir da *guerra de memórias*, e que pauta o documentário *1964: O Brasil Entre Armas e Livros*, além da análise da perspectiva que o compõe: o *negacionismo* e o *revisonismo*, com a argumentação de autores como Rodrigo Motta (2013), Demian Melo (2005), Marcos Napolitano (2015), Eduardo Santos (2009), Marcus Dezemone (2014), etc.

Na segunda seção, uma análise parcial do documentário em si, utilizando como munição a *Operação Historiográfica*, reconhecendo os produtores do filme e

<sup>9</sup> Nas palavras de Certeau (2002, p.67), “[...] toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor”.

<sup>10</sup> CARVALHO, Olavo de. **Nunca esqueçam: "Consenso científico" é apenas contagem de votos. Tem tanta autoridade quanto a moda.** 14 nov. 2019. Twitter: @opropriolavo. Disponível em: <https://twitter.com/opropriolavo/status/1195007727027867650>. Acesso em: 15 nov. 2019.

os integrantes, seus pares, aquilo que não foi dito e o *lugar*<sup>11</sup> de criador e criatura, além de um debate acerca de alguns pontos do mesmo, evidenciando seu *revisionismo* e *negacionismo*.

## 2. GUERRA DE MEMÓRIA, REVISÕES E NEGAÇÕES

O período de 1964 ainda atrai muito a atenção das massas brasileiras, de maneira que estas vieram a se antagonizar, nos últimos anos, dado o reavivamento fulguroso de uma *batalha de memória* que protagoniza a mentalidade da população. Já em 2014, dados os 50 anos do golpe, vários eventos universitários e populares lembraram do período, cada um à sua maneira. Nesse ano, houve grande incidência de eventos pequenos idealizados por aqueles que enxergavam o período como bom para o país. Como afirma Dezemone (2014, p.57), citando o jornalista Elio Gaspari, “1980, com o cinquentenário da Revolução de 1930 e afastamento de Washington Luiz, ou 1939, com o cinquentenário da derrubada de D. Pedro II e o fim da monarquia, não despertaram tantos debates acalorados e tantas paixões”. E de fato, essa intensidade do qual a ditadura militar tem sido debatida se coloca meditante uma densa polarização política que tomou grandes proporções no país desde pelo menos 2013, com as jornadas de Junho, e que reverberou nas eleições para presidência no ano do cinquentenário do golpe de 1964 como sendo uma das mais apertadas da história do Brasil, com grupos à direita e à esquerda vociferando suas vontades.

A *batalha de memória*, claro, não nasce a partir da superexposição da polarização política que se abateu pelo país nesta década, mas já a partir de relatos de “vencidos e vencedores”, onde os campos de conflito saem das alçadas armamentistas e alcançam o papel e a caneta. Já *guerra de memória* nasce a partir do momento que há uma massificação dessa batalha, que alcança, agora, novas dimensões numa antagonização, por parte dos negacionistas, entre a historiografia e sua própria verdade. Se, de um lado, acusa-se a historiografia de ter escolhido um lado dessa batalha, por outro lado podemos, na verdade, observar a voz sendo dada aos silenciados mas também aos silenciadores. Já João Roberto Martins Filho (2002, p. 180), quando trata da *guerra da memória*, aponta a voz dos militares com relação aos embates nesse campo; estes que tratam as produções memorialistas como uma “vingança da memória” por parte de vencidos sobre vencedores. Vejamos com exatidão o que ele diz:

Na visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se para vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas. Tal atitude foi desde o início caracterizada pelo lado castrense como revanchista e inoportuna. Mas, em geral, o argumento que unifica crítica militar às tentativas da esquerda de construir uma narrativa própria sobre os acontecimentos de 1968-1975 adquire um caráter mais formal. Segundo essa perspectiva, depois da Lei da Anistia de 1979, qualquer esforço de trazer à lembrança o que efetivamente ocorreu na breve e brutal repressão aos grupos de esquerda [...] representaria uma violação ao próprio princípio da Anistia.

---

<sup>11</sup> Um lugar social. Como diz Certeau (2002), “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.

É visível que, apoiados pelo aparato da Lei da Anistia, os militares tentaram, a todo custo, simplesmente esquecer do que antecedeu essa batalha memorial. Sentindo-se injustiçados pela gama de produções acerca do período que elencou as memórias de torturados, perseguidos e exilados, os apoiadores do golpe passaram, então, a produzir e promover sua própria versão dos acontecimentos, e foram posteriormente sendo amparados por uma historiografia *revisionista*.

Num “contra-ataque” memorial, começamos a observar as produções como a do general Oswaldo Muniz Oliva com *Brasil: o amanhã começa hoje* (2002), os livros do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio* (1987) e *A verdade sufocada* (2006)<sup>12</sup>, dentre outros, todos em consonância com a ideia de uma oposição a uma “historiografia de esquerda”.

Além dos supracitados, ainda há jornais, formados por militares da reserva, que fazem um apelo em prol da memória dos vencedores do golpe, como o *Ombro a ombro*, criado em 1988 e como aponta o cientista político Eduardo Santos (2009), desde o começo já estava explícita o desejo do jornal em fazer parte da *trincheira da memória*.

Portanto, notamos que essa *batalha de memória*, que resulta posteriormente em uma *guerra de memória*, nasce a partir do momento em que os antigos militantes denunciam, e os militares não se resguardam mais em silêncio. Ainda nas palavras de João Filho (p.182), “[...] o certo é que a guerra da memória se constituiu justamente num intenso intercâmbio de versões sobre os aspectos mais polêmicos da ditadura do pós-64”. Atualizando essa ideia, a *batalha de memória* se dá por vias de choques destas memórias em uma época em que tais ideias se resguardavam ao seu campo histórico e político, enquanto, na *guerra de memória*, vemos a atuação dos discursos negacionistas sendo propagados também a partir de grupos de poder político e influência que, bebendo de fontes memoriais dos militares e também de uma historiografia *revisionista*, constroem visões distorcidas do período; e do outro lado, grupos contrários a *revisionismos* e *negacionismos*. Segundo Napolitano (2015,p.35):

Por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964, a sociedade brasileira pareceu estar vivendo uma “febre memorialística” em torno do regime militar. Herdeiros e defensores da memória hegemônica [...] travam uma verdadeira guerra da memória contra revisionismos, sobretudo os de caráter essencialmente ideológico.

A partir da ideia de antagonização de uma história “contaminada” pela esquerda é que a memória da ditadura militar por parte dos grupos favoráveis ao golpe começa a ganhar certo apelo popular. Quando, em 2016, mediante o processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, o então deputado federal Jair M. Bolsonaro declarou seu voto em favor do impedimento em homenagem ao coronel Ustra, estava novamente armado o palco para um novo fôlego na *batalha de memória* e a abertura para essa “guerra intelectual”, tendo em vista que havia agora uma nova prerrogativa: um deputado federal, claramente *negacionista*, já alçando planos para a presidência do país.

Dadas as circunstâncias, a partir da inquietação política que passa a assolar o país e com a subida ao poder estatal de grupos de extrema-direita, o

<sup>12</sup> Essa obra em específico é tratada pelo atual presidente da república, o senhor Jair Messias Bolsonaro, e seus apoiadores, como um “livro de cabeceira”, o que corrobora com a ideia da tensão do atual momento do qual vivemos e como *guerra da memória* está acirrada como nunca antes.

país passa a viver essa *guerra de memória* de maneira mais viva e ideológica. O ano de 2018 experimenta um período eleitoral de grandes tensões, tentativas de assassinato e assassinatos consumados, além de polêmicas por parte dos grupos antagônicos. Aqueles que professam-se como de direita chegam ao poder do país com discursos conservadores e pró-militaristas, pautados também em comentadores com a mesma via ideológica, geralmente em comunhão com *think tanks*<sup>13</sup> de cunho liberal-conservador.

Essa batalha é, também, revigorada através de produções e discursos revisionistas conservadores que deságuam, posteriormente, no *negacionismo*. Levando isso em consideração, é importante se observar as fragilidades de alguns discursos revisionistas, quando surgidos dos mesmos relativismos que predispõem os discursos negacionistas que deram massa para a produção do documentário do *Brasil Paralelo*. Como diz Rodrigo Motta (2013, p.65), “[...] quando estão em foco os regimes autoritário-repressivos, os argumentos relativistas e hipercéticos, populares entre alguns historiadores, revelam melhor as suas limitações”. Se tratando de regimes autoritários, não cabe ao historiador tomar princípios de uma relativização dos dispositivos de repressão destes governos ou de revisá-los, ou questionar a pretensão a uma verdade daqueles que buscam o *estudo crítico* de tais. Motta ainda prossegue:

A realidade é apenas um texto? Ela não passa de uma construção do historiador? No discurso do historiador só importam o significante e o significado, e o referente seria irrelevante e insignificante? O referente é uma ilusão? Dá pra aceitar tais postulados quando tratamos de temas como golpe de Estado, censura, tortura e desaparecimentos? Não poder haver discursos de verdade aqui?

Portanto, é certo estabelecer que há-se de assumir sim certas verdades estabelecidas quando confrontadas com as evidências. Mas, claro, estas verdades, pontuais, não negariam, por obviedade, a importância da revisitação do que se tem produzido acerca da Ditadura Militar. Como diz Carlo Ginzburg, citado por Motta (2013, p. 66):

Conseguir acesso direto à realidade histórica é impossível, por definição. Entretanto, inferir a partir deste fato que a realidade é incognoscível significa cair em uma forma preguiçosa de ceticismo, ao mesmo tempo insustentável em termos existenciais e inconsistente em termo de lógica.

Com isto, é fundamental entender que a possibilidade de revisão e a sua importância não deve ser questionada, mas sim seus métodos e apontamentos. Também nas palavras de Motta (2013, p.64):

[...] não deveríamos temer os alertas propalados recentemente contra o “revisionismo”, os quais podem levar a inadequada analogia com o revisionismo europeu referente a história do nazismo. A história está sempre em processo de reescrita e deve ser revista constantemente, à luz de novas descobertas e perspectivas, claro que com critério e método.

---

<sup>13</sup> Fábricas de ideias, instituições de cunho político-ideológico norteadoras de pensamentos, centros de pesquisa.

A partir do trintenário do golpe de 1964, as produções revisionistas acerca deste e da ditadura que o sucedeu começaram a ganhar corpo e número considerável. Segundo Demian Melo (2005, p. 53), esse tipo de produção fora hegemônica quando dados os 40 anos do golpe. Esse avivamento, como retrata na obra *A miséria da historiografia*, não fora em vão: enquanto, antes dos 30 anos de golpe, havia certa dificuldade de se encontrar documentos; dez anos depois, no governo Lula, mediante a liberação destes, tornar-se-ia mais cristalino o acesso. “[...] a campanha pela liberação dos documentos “secretos” e “ultra-secretos” impedidos do acesso ao público por uma portaria do governo Fernando Henrique Cardoso [...]”.

O *revisionismo* como pai do *negacionismo* pode ser, a priori, uma correlação que cause estranheza. Mas se partirmos da ideia de que um deu novo significado às articulações do outro, talvez a ligação se torne mais clara. Se tomarmos como exemplo a hipótese de Argelina Figueiredo onde se diz que a crise que originou o golpe de 64 teria surgido a partir de uma nova tática de confronto da esquerda (MELO, 2005) e a constante culpabilização da mesma esquerda para tal, não ficamos muito longe da afirmação do filme do *Brasil Paralelo* que, entre outras coisas, afirma que as torturas praticadas pelos militares eram uma resposta às guerrilhas, assim como o golpe teria sido uma contrarrevolução. Ou então, quando Villa (2014)<sup>14</sup> afirma que a ditadura não teria durado 21 anos, desconsiderando os períodos que vão de 1964 a 1968, e 1979 a 1985 e quando, seguindo argumentos similares, a película do *Brasil Paralelo* afirma que a ditadura teria sido uma *ditabranda*. Curiosamente, esse tipo de revisionismo parece sempre estar corroborando com o discurso verticalizado daqueles que dominaram o país. Para Melo (2005, p.54), isso é nítido quando, em 2002, mediante o trabalho de cunho revisionista do jornalista Elio Gaspari *A ditadura envergonhada*, o jornal *Folha de São Paulo* a resenha com o título “Gaspari escreve a história do regime militar sobre a ótica dos generais”.

Se até a década passada o revisionismo era protagonista da até então visão das classes dominantes sobre o golpe, nessa década este engendra essa outra forma de perpassar tal mentalidade: o *negacionismo*. Não que este não existisse anteriormente – entretanto, ao menos em nosso entendimento, era bem mais tímido do que na atual década. Como diz Marcos Napolitano (2015, p.34):

[...] o período tem sido marcado pela aparição pública, com grau crescente de legitimação no debate e infensa a qualquer execração pública, de memórias de extrema-direita, cuja faceta mais *hipster* se esconde na crítica ao “politicamente correto”. A versão mais “puro sangue” da extrema-direita dispensa o bom humor e se manifesta a partir de algumas vertentes: a) *negacionismo* [...]; b) *nostalgia* [...]; c) *autoritarismo* [...]; d) *elitismo* [...]; e) *moralismo* [...]

A diferença entre *revisionismo* e *negacionismo*, em se tratando do golpe de 1964, se dá, primeiramente, no caráter acadêmico destes. Enquanto o primeiro encontra respaldo dentro da Academia e da Historiografia, o segundo tem como zona de conforto o meio popular a partir da verticalização do ponto de vista dos apoiadores do golpe. Prosseguindo, enquanto o primeiro tem como base rever

<sup>14</sup> VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita.** São Paulo: LeYa, 2014.

pontos tratados na historiografia, o segundo age como uma força política ligado mais inteiramente à memória, e apesar do nome, pode por vezes se transformar em um *afirmacionismo*, quando os dispositivos autoritários do regime, por exemplo, são confirmados e apoiados.

O *revisionismo*, que curiosamente muitas vezes acaba relegando o papel da direita para um segundo plano para priorizar erros da esquerda, serviu de inspiração para que os discursos *negacionistas* ganhassem forma. Napolitano (2015, p.33) relata que:

[...] as vozes públicas que defendem a ditadura e uma solução autoritária para conflitos políticos e sociais ganham espaço e volume, sobretudo nas redes sociais e blogs. Isto não significa dizer que todo o revisionismo historiográfico se encaminha para a direita, mas ainda não temos como avaliar o grau de apropriação das novas perspectivas historiográficas por autores mais preocupados com alavancar visões de direita do que propor novas perspectivas historiográficas para o período.

De fato, dado o ano de 2015, a *guerra de memória* ainda montava suas trincheiras e as armas negacionistas ainda estavam sendo carregadas. Mas a partir do momento que analisamos obras como *1964: O Brasil entre armas e livros*, tão carregadas de *revisionismos* e *negacionismos*, enxergamos o ponto de que o primeiro alimentou o segundo, quando produzido de maneira tão enviesada.

Seguindo a linha do *negacionismo* como sendo força política, podemos observar o maior símbolo de tal força, hoje em dia, atuando na mais pura forma de *negar*. Em mais uma de suas transmissões ao vivo pelo *YouTube*, o presidente da república Jair Messias Bolsonaro, comentando acerca de falta de questões sobre a Ditadura Militar no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) ainda neste ano, disse que “a imprensa veio reclamar que não houve questão sobre ditadura. Parabéns imprensa, nunca houve ditadura no Brasil!”<sup>15</sup>

Em outro momento, enquanto deputado federal, em entrevista para a rádio Jovem Pan em 2016, Bolsonaro teria dito que “o erro da Ditadura (sic) foi torturar e não matar”<sup>16</sup> Se para Demian Melo, ainda em 2005, o interesse pela obra de Elio Gaspari era fruto “[...] não só deste interesse do público sobre o tema, mas também, e mais importante, da classe dominante brasileira em construir no imaginário nacional a sua própria versão sobre o golpe”, a eleição de Jair Bolsonaro foi a consolidação deste projeto de poder memorial, tal qual a produção da película a ser analisada, corroborados por grupos como o *Movimento Brasil Livre*, *Direita São Paulo*, *Brasil Paralelo*, *Terrorismo Nunca Mais* dentre muitos outros. Como Napolitano (2015, p.33) esclarece:

O fato que nos importa é que esta nova conjuntura político-ideológica-partidária abalou um espaço sócio-político [...] que sustentava a memória hegemônica do regime militar, espaço este que sempre foi conflitivo, mas que não hesitava em defender o aprofundamento da democracia, o protagonismo da sociedade civil

<sup>15</sup> URIBE, G. Bolsonaro diz que enem sem ditadura militar não teve ‘desinformação’. **Folha de São Paulo**, Brasília, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/bolsonaro-diz-que-enem-sem-ditadura-militar-nao-teve-desinformacao.shtml>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

<sup>16</sup> JOVEM PAN. **Defensor da Ditadura, Jair Bolsonaro reforça frase polêmica: “o erro foi torturar e não matar”**. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/panico/defensor-da-ditadura-jair-bolsonaro-reforca-frase-polemica-o-erro-foi-torturar-e-nao-matar.html>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

e a condenação do autoritarismo de direita. Ao que parece, a memória hegemônica ancorada neste espaço não se diluiu totalmente, mas tem enfrentado questionamentos, tendo que dividir espaço público com memórias inorgânicas e difusas, claramente de extrema direita, que chegaram a esboçar reedições patéticas da “marcha da Família” e de passeatas pela “volta os militares”, eventos impensáveis antes de 2014/2015

Numa análise das batalhas memoriais pela América do Sul, Eduardo Santos (2009, p.17) mostrava que, apesar das diferenças de transições e políticas entre as ditaduras sul-americanas, estas trincheiras da batalha estavam distribuídas por todo o continente. Entretanto, no caso da extrema-direita brasileira, afirmou que seus “grupos [...] se restringiram a manifestos e documentos impressos em jornais e sites próprios”. Agora, com braços nos três poderes, ganha-se poder na *guerra de memória*, que é corroborada por produções mais trabalhadas do que *blogs*, como é o caso do filme do *Brasil Paralelo*.

### 3. UMA HISTÓRIA PARALELA PARA O BRASIL

Neste ano de 2019, o grupo *Brasil Paralelo*, caracterizado como mídia independente e que tem convergências com o pensamento neoliberal, lançou o documentário *1964: O Brasil entre armas e livros*, autoproclamado como uma história paralela à historiografia oficial. O documentário, que mais parece um preconício de uma das partes das trincheiras da *guerra de memória*, é carregado de relativizações e malabarismos argumentativos em prol de sua narrativa.

Para entender o que está por trás do filme, é necessário entender a mentalidade e a posição social, o *lugar social* de seus produtores e convidados, assim como a de qualquer obra que se proponha produzir História ou memória. Citando Michel de Certeau (2002, p.66), “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. Ou seja, toda obra é fruto de um meio e de interesses, e como tal, a produção do *Brasil Paralelo* não é diferente.

Já em vias de uma deslegitimação da historiografia, uma das primeiras falas na obra é a do escritor e jornalista conservador católico, crítico da Teologia da Libertação, autoproclamado defensor dos “verdadeiros valores” da nação brasileira, Percival Puggina<sup>17</sup>, que diz:

É praticamente impossível que alguém que não tenha vivido a Guerra Fria tenha condições de avaliar as condições pelas quais foram possíveis os acontecimentos dos dias de Março de 1964 porque o cenário mundial era completamente diferente do cenário de hoje, o ambiente social era completamente diferente, as tensões sobre as quais se viviam naquele período.

Fosse isto verdade, o papel do Historiador seria, portanto, o papel de um memorando – repetindo histórias contadas dos mais velhos aos mais novos, de forma que a História crítica, portanto, dificilmente poderia ser concebida. Como poderíamos nos deleitar no estudo dos porões da Idade Média ou nos emaranhados das duas grandes guerras do século passado? É bem verdade que

<sup>17</sup> Informações retiradas do *site* do próprio jornalista. Disponível em: <http://www.puggina.org/sobre-percival-puggina/>. Acesso em: 5 de out. 2019.



o trabalho do Historiador nunca chegará a plena recomposição daquilo que já está decompondo ou decomposto – afinal, a matéria-prima do Historiador é o morto, aquilo que já passou, aquilo que quer ser esquecido. Aliás, aqueles que viveram tal período podem ter, claro os fragmentos daquilo que passaram, mas não são detentores da realidade que foi passada. Sua *memória histórica* é facilmente passível aos embates ideológicos que a permeou, sendo esta temperada por “fragmentos de História” (ALBUQUERQUE JR, 1994). Ainda que a História não seja uma detentora de um absolutismo da verdade, esta guarda em si o campo do conhecimento que atravessa as épocas e se revê como tal postulado. Como diz Durval Muniz (1994, p. 48);

A História cria um tempo abstrato, tempo resumo de múltiplas experiências das quais busca captar o sentido e o significado mais geral. A “memória histórica” é fragmentária, a História processual; esta busca ir além da imagem que os próprios grupos fazem de suas ações, aquela que se deixa impregnar pela visão imediata de um grupo.

Puggina não é o único jornalista presente na produção, que conta com um total de sete profissionais da área, todos ligados a empresas que levantam a bandeira liberal e/ou conservadora, como William Waack, jornalista da CNN, e Fernão Mesquita, diretor do grupo Estadão. Além de jornalistas, há também escritores, como Vladimir Petrilák. O filme ainda conta com a presença de empresários como Hélio Beltrão, presidente do Instituto Mises Brasil, historiadores como Petr Blažek<sup>18</sup>, Leszek Pawliskowicz e Thomas Giulliano, filósofos tais quais Rafael Nogueira<sup>19</sup> e Luiz Felipe Pondé, além do autoproclamado filósofo, já citado aqui, Olavo de Carvalho.

Longe de querer fazer uma análise minuciosa de cada detalhe apontado pelo documentário (o que exigiria mais do que um artigo), o que interessa aqui é entender quem o produziu e a mentalidade por trás deste. Entretanto, é importante analisar alguns pontos, ora revisionistas, ora negacionistas, colocados na obra, e desmistificar outros.

O documentário pode ser dividido em três partes: um prólogo que trata da Guerra Fria, de maneira a retratar o contexto histórico que permeou o golpe de 1964; a ditadura em si e suas nuances, como as torturas, políticas, atuação das esquerdas pré e pós golpe e finalmente uma crítica a um suposto *marxismo cultural* presente nas instituições do país e que teria desfavorecido os militares e sua memória, produzindo uma historiografia de esquerda.

Quando se tratando de Guerra Fria, a escolha de palavras parece ter bastante importância aqui, já que o filme, o tempo inteiro, parte de um princípio de dualidade maniqueísta onde temos os soviéticos como maus, iniciadores de um “reino de terror vermelho” que pretendia conquistar o mundo à maneira vilanesca e que “[...] *enfurecidos*, os soviéticos [...]” teriam dividido a Alemanha em duas. Do outro lado, os EUA que “[...] construíram uma democracia *liberal*, baseada na *sociedade de mercado* e dos *valores cristãos*”.

<sup>18</sup> Segundo o documentário, o historiador é PhD em História ou PhD e historiador, não fica tão claro. Para além, não foi possível encontrar informações a seu respeito em português, dada sua nacionalidade tcheca.

<sup>19</sup> No filme, Rafael Nogueira é colocado como Historiador, entretanto, sua formação é em Filosofia e Direito (Bacharel e Licenciado em Filosofia e Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Santos), além de ser pós-graduado em Educação pela Universidade Metropolitana de Santos (Unimes).

Longe de criar juízo de valor sobre as políticas soviéticas, é possível criticar seus aparatos pragmáticos e fazer o mesmo com os EUA, que assim como a URSS, expandiu-se militar e ideologicamente pelo mundo e sempre advogou uma política imperialista desde pelo menos o século XIX, com a Doutrina Monroe. Assim, estabelecer os Estados Unidos como símbolo de democracia e liberdade, antagonizados com a União Soviética, além de simplista e absolutamente enviesado, é de uma completa inocência, ou gritante hipocrisia.

Ainda na polarização da Guerra Fria, o filme parece sugerir, timidamente, que alguns fatos concebidos na época eram frutos de uma propaganda intencionalmente mentirosa por parte dos soviéticos, como, por exemplo, exemplificando que:

Se durante a guerra do Vietnã, um jornal da União Soviética (sic) *veiculasse* uma matéria dizendo que os americanos cometeram atrocidades contra o povo vietnamita, o ocidente poderia reconhecer isso como uma mentira, ou propagando antiamericana em virtude da Guerra Fria. Já se um soldado americano contar a mesma história para um jornal de seu país, a credibilidade é muito maior. Desde o final da segunda guerra mundial, a desinformação soviética é a arma secreta mais efetiva na sua batalha contra a sociedade ocidental.

De fato, a propaganda pode ser concebida como uma poderosa arma desde sua utilização massante pela Alemanha Nazista na segunda grande guerra, e tal poderio foi absorvido por ambas potências antagônicas na Guerra Fria. Entretanto, ao contrário do que o filme parece sugerir, sua utilização era uma ferramenta por parte tanto de estadunidenses como de soviéticos. Diria, inclusive, que os primeiros ainda tiveram maior maestria em fazê-lo, ao utilizar-se da cultura *pop*, como revistas em quadrinhos, filmes, além das músicas, para produzir alardes anticomunistas.

Portanto, essa *guerra psicológica* não era unilateral, como bem nos mostra os arquivos da Diretiva do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSC/USA)<sup>20</sup>, ao afirmarem seus planos propagandísticos e ideológicos contra a União Soviética a partir de tal *modus operandi*, que compreendia a utilização de uma mentira necessária pela CIA como método para persuasão ideológica e propagandística. Sobre a atuação da Agência Central de Inteligência, vemos sua autorização nos mesmos arquivos<sup>21</sup>.

O Diretor da Central de Inteligência, em colaboração com as outras agências envolvidas, deve preparar um esboço abrangente dos objetivos da inteligência nacional aplicável a países e áreas estrangeiras, a fim de servir de guia para a coleta e produção coordenadas de uma Inteligência Nacional.

Continuando nos arquivos da NSC, é possível ter acesso a um memorando do primeiro diretor da CIA, Roscoe Hillekoetter ao Comitê de Coordenação

<sup>20</sup> Os arquivos podem ser encontrados no *Office of the Historian*, uma biblioteca digital pertencente ao Departamento de Estado dos EUA. Podem, também, ser encontrados em forma de *scanner* no arquivo digital da instituição Wilson Center, premiada *Think Tank* estadunidense.

<sup>21</sup> FOREIGN relations of the United States, 1945–1950, Emergence of the Intelligence Establishment: banco de dados. In: OFFICE OF THE HISTORIAN. Banco de Dados. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945-50Intel>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Estado-Exército-Marinha-Força Aérea, onde aponta que, para ele, a guerra psicológica era um assunto de urgência e importância, escrevendo “Sou da opinião de que as condições agora indicam que medidas de guerra psicológica devem ser instituídas agora com matéria de urgência”<sup>22</sup>.

Passando-se por essa contextualização, o documentário, finalmente, chega em terras brasileiras. E para tal, traz a tona a participação de Laudelino Lima<sup>23</sup>, administrador do *site* “A Verdade sufocada”<sup>24</sup>, neste momento, comentando acerca de documentos encontrados na República Tcheca<sup>25</sup> por Mauro Abranches, brasileiro residente na Polônia, escritor de *1964: O elo perdido* e que havia lhe comunicado sobre os achados. Nos chama atenção, aqui, o fato de que um pesquisador e escritor, dentro de arquivos importantes para o estudo de um período tão rico e difuso, não entrou em contato com um historiador para comunicar os achados, mas sim com o administrador de um *site* de caráter amador e enviesado.

Se a origem dos arquivos, como aponta Certeau (2002, p.81), implicam “na combinação de um *grupo* [...], *lugares* [...], e de *práticas* (de cópia, de impressão, de comunicação, de classificação, etc)”, o que isso pode nos dizer a respeito do caso anterior, na interligação entre o pesquisador e um *blogueiro*, não um historiador, como prática de comunicação das fontes do primeiro? Por mais que a ideia de Abranches não seja ruim (afinal, averiguar a influência dos serviços secretos socialistas no país, quando até então o que se tem em dominância são estudos da influência estadunidense, é bastante interessante), a intenção por trás do ato pode ser questionável, ainda mais quando o próprio Abranches reconhece Olavo de Carvalho como um entre seus pares.

Por mais que a descoberta e estudo destes documentos, como fontes, sejam importantes, ainda exigem o exercício do historiador para seu tratamento, análise e *confrontamento* das fontes. Ninguém melhor que o próprio Michel de Certeau (2002, p.81) para tratar disso.

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. [...] Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. [...] O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente.

Mais adiante, além do documentário atribuir Juscelino Kubitschek à esquerda por ter atraído “filhos do varguismo” em suas fileiras<sup>26</sup>, e que teria aplicado, como um “projeto muito esquerdista de poder”, “stalinista e esquerdista

<sup>22</sup> HILLENKOETTER, Roscoe Henry. Memorial. 1947. 672 p. Psychological Warfare Central Intelligence Agency, Washington. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945-50Intel/d244>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>23</sup> É interessante notar um pequeno apetrecho utilizado por ele no documentário: um pequeno broche no formato do brasão do Império do Brasil.

<sup>24</sup> Clara referência ao livro de Carlos Brilhante Ustra, o que se faz ver por todo o *site*, que tem um certo caráter amador.

<sup>25</sup> Segundo o documentário, os documentos fazem parte dos arquivos da KGB/StB, serviços de inteligência da URSS e Tchecoslováquia, respectivamente.

<sup>26</sup> O convidado que afirma isso é Alexandre Borges, diretor do Instituto Liberal.

(sic)”, a construção de Brasília. Tal ideia é corroborada por Olavo de Carvalho, ao dizer que era realmente esta a intenção de Oscar Niemeyer, que estaria ligado a um projeto político dessa suposta esquerda.

Todo esse malabarismo verborrágico apresentado na película até então, alcança sua epifania quando volta ao mesmo ponto da memória produzida pelos militares na *guerra de memória* e de seus apoiadores: de que, na verdade, o golpe de 1964 teria sido uma contrarrevolução em um país domado por guerrilhas e prestes a tomar um golpe à esquerda.

Por mais que a esquerda brasileira, nomeadamente o PCB, tivesse ligações diretas com o PCUS, o partido, em linhas gerais e práticas, desde a década de 50 descansava em um pacifismo nada revolucionário, mas bastante reformista. Segundo Gilbergues Santos (2015, p. 79) através de uma análise política do partido na época, podemos perceber que há uma mudança na prática de um PCB que age em ambiguidade.

A análise da atuação política e da organização interna os comunistas, nas décadas de 1940 e 1950, nos revelará que o PCB mudou seu discurso, em relação àquele utilizado na década de 1930. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o PCB passou a apresentar um crescente interesse pelas questões da democracia e pela luta política dentro das instituições, o que não quer dizer que ele tinha abandonado de vez as teses revolucionárias.

Para além da atuação do PCB, o documentário também faz menção às falas de Leonel Brizola, como claras atenuações de um golpe de esquerda que o país estaria prestes a tomar por este ameaçar o fechamento do congresso mediante a tentativa de barrar João Goulart na presidência. Este mesmo discurso é tratado por Jorge Ferreira, e que é rebatido por Demian Melo (2005, p.60) e por isso vale a pena ler as palavras do próprio autor, pronunciando:

[...] a proposta de fechamento do Congresso estava baseado em algo muito diferente de um suposto golpismo de Brizola. Para ele o Congresso é que havia “rompido com a lei”; sua dissolução estaria baseada em uma defesa da Constituição. Posteriormente, portanto, as propostas de “fechamento do Congresso” de Brizola e demais setores da esquerda estava baseada neste argumento.

O argumento de Melo ainda pode ser, também, usado em oposição com o que diz Gilbergues Santos (2015, p. 90):

[...] afora Luiz Carlos Prestes, existiam outras lideranças no cenário da esquerda, como Leonel Brizola e Francisco Julião. Eles tinham posições políticas diferentes do velho líder comunista, alocando-se no campo do nacionalismo e socialismo, respectivamente, mas em uma coisa concordavam: dever-se-ia fazer as reformas de base a qualquer custo, mesmo que fosse sem democracia.

[...]

Prestes lançou, em 1964, a palavra de ordem: “golpe com Jango, fechamento do Congresso e realização das reformas de base por decreto”.

Prosseguindo com Demian Melo (2005, p.60-61), citando Mário Victor ao indagar que perante as falas de Brizola e também de outros líderes da esquerda;

[...] como não concordar com a caracterização feita por Brizola de que o Congresso Nacional, daquele período, não poderia garantir medidas populares, já que era “constituído, em sua maioria, de latifundiários, financistas, ricos comerciantes e industriais representantes da indústria automobilística, empreiteiros e integrantes das velhas oligarquias brasileiras”?

O longa-metragem do *Brasil Paralelo*, em sequência, afirma que no Brasil pré-golpe já haviam guerrilhas de cubanos e independentes sendo treinadas no país, a fim de instaurar, se não uma *república sindicalista*, uma *ditadura do proletariado*. Porém, não mostra fontes que provém esse ponto, a não ser a pronta ideia, também já apresentada pelos militares, de que, por exemplo, as Ligas Camponesas eram guerrilhas treinadas preparadas para tomar o poder do país.

É fato, sim, que houve brasileiros indo para Cuba e União Soviética para treinamentos diversos, e tal fato é apontado, inclusive, por Villa (2014). Mas, pressupor que o país vivia um risco eminente, com guerrilhas bem-sucedidas e bem preparadas, e ligá-las de imediato às Ligas Camponesas como forças potentes bem armadas, capazes de tomar o poder a nível nacional, é um passo bem largo.

Interessante também notar que, em detrimento dessa visão de esquerda popular brasileira, caracterizada pela produção do *Brasil Paralelo*, a visão do grupo acerca da direita brasileira é aquela que se pode observar, também, a partir da volta de uma polarização política brasileira acirrada: uma direita cívica, cristã e de “pessoas de bem”, pedindo pela intervenção dos militares. De fato, essa era a característica, ao menos autoproclamada, da direita brasileira na década de 60, e ainda o é nos dias de hoje. Porém, esta não era, obviamente, unânime. Aqui, a obra parece cair em um *conto lacerdista* em suas contagens de pesquisa de opinião. Como indaga Melo (p. 62): “como é possível considerar acriticamente o resultado de um questionário elaborado sob a égide de um eminente jurista?”

Esse resgate de uma imagem ligada aos civis aliados ao golpe de 1964 pela direita brasileira, inclusive, se dá em um momento ímpar da *guerra de memória*, corroborada pelo momento político do país. Napolitano (2015, p. 32) alega:

A cisão PT - PSDB que tem marcado a política brasileira no início do século XXI fez com que este último, naturalmente, flertasse com lideranças conservadoras e disputasse eleitores mais à direita, avessos ao “sapo barbudo” do petismo. O resultado é o surgimento de um liberalismo abertamente de direita e conservador, ainda que conserve traços republicanos, mas que trouxe de volta ao espaço público, uma extrema direita abertamente fascistoide e golpista.

Entre outras polêmicas, o documentário ainda afirma que as torturas praticadas pelos militares, já durante a ditadura, foram uma resposta às guerrilhas presentes em território nacional, denominadas pelos operadores de discurso do longa-metragem como “grupos terroristas sanguinários”, ao afirmar, tal qual os militares entinchados na *guerra de memória*, que “com o terrorismo comunista, cada vez mais, crescente, a esquerda radical deu pretexto para que a população sentisse medo, e a linha dura do exército conseguisse expandir seu poder”. Tal argumento se baseia em uma disputa também da *guerra de memória*, onde uma direita, se considerando vencida nas *batalhas de memória* que antecederam o atual momento, tentam se reafirmar.

Dois pontos devem ser analisados aqui; o primeiro, acerca de mais esta batalha dentro desta guerra, e o segundo, acerca do argumento apresentado pela película de que a tortura, como instrumento prático do Estado, foi uma construção esquerdista que não mostra as vítimas de suas ações. Para mais este entrenchamento da *guerra de memória*, Napolitano (2015, p. 36) pondera:

[...] parte dos liberais, de corte mais conservador, está legitimando argumentos de extrema direita sobre o regime militar. A cobrança da verdade em relação “ao outro lado” (ou seja, da esquerda), que supostamente estaria ausente do relatório da CNV, feita por editorialistas e colunistas de jornais liberais respeitados equivale a uma chancela dos argumentos da extrema-direita, sobretudo militar. Não que seja anátema pesquisar e esclarecer as violências cometidas pelos grupos armados, mas isto não anula a necessidade de esclarecimento efetivo dos crimes cometidos por agentes de Estado, seja a localização dos desaparecidos ou o esclarecimento das execuções extrajudiciais. Além do mais, sempre é bom lembrar, os militantes de esquerda, armada ou não, já sofreram punições jurídicas ou extrajudiciais à época. Já os torturadores, estes nunca foram punidos.

Com relação à suposta mentira da esquerda com o fato de que a tortura era prática criminosa perpetrada pelo Estado, fico com os dizeres de Marcus Dezemone (2014, p.63), que manifesta que:

Negada por defensores do regime, justificada por se tratar de uma “guerra” e, quando admita, considerada resultado de ações individuais, sem conhecimento de oficiais superiores, ou atos no “calor dos acontecimentos”, a tortura permanece como uma das principais discussões associadas ao período.

[...]

Assim, é reveladora a gravação apresentada pelo jornalista Elio Gaspari. Ernesto Geisel, um mês antes de sua posse em 1974, conversava com Vicente Dale Coutinho, que se tornaria ministro do Exército no governo do quarto general presidente: “Ah, o negócio melhorou muito. Agora melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar. Começamos a matar” [...] O que a gravação revela é que não só a cúpula militar sabia da tortura sistemática, mas que a considerava necessária.

Assim, com a declaração do próprio Geisel, cai por terra a afirmação de que nada sabiam as forças maiores, ou de que, como afirma *1964: O Brasil entre armas e livros*, as torturas teriam sido atos individuais de psicopatas em combate ao terrorismo de esquerda.

Já no final, o filme começa a fazer pontuações críticas acerca de um *marxismo cultural*, ou *gramscismo*, presentes nas instituições de ensino, e que teriam, portanto, poder sobre as produções que viriam destas. Esta fala é, claramente, a produção de um confronto entre uma verdade em contraste com a Academia, a memória direitista contra a Historiografia, a *guerra de memória*, talvez, em seu auge, alcançando, neste momento, não apenas a História, mas as artes, as ciências, a religião, etc. Para o começo de tais associações, o filme relaciona o movimento *hippie* estadunidense, as movimentações de Maio de 68 na França, dentre outros, como símbolos de um *marxismo cultural* se apoderando do Ocidente para destruir seus valores, encarando os jovens destes movimentos como massa de manobra a partir, segundo o documentário, das ideias de Gramsci

e Lukács, esse último, tendo teorizado que agora, o marxismo não deveria destruir o capitalismo, mas os valores morais ocidentais, a citar (sic) “a filosofia grega, o direito romano e a religião judaico-cristã”, como se estes existissem em uníssono, e não fossem, conseqüentemente, uma verticalização de valores e interesses de classes dominantes.

Essa demonização da educação diz muito a respeito tanto desta obra cinematográfica quanto do grupo que a produziu, e não é uma tática nova. No período de dominação nazista na Alemanha, o termo *kulturbolschewismus*<sup>27</sup> fora ligado com expressões de artes modernas e era constantemente utilizado por Hitler em seus discursos para tratar de uma ameaça à sociedade alemã, o que podemos traçar em Deák (1968)<sup>28</sup> quando define *bolchevismo cultural* como sendo quando alguém “[...] admira a performance de Charlie Chaplin e a bruxaria matemática de Albert Einstein”.

Da mesma forma que tal *bolchevismo cultural* era denunciado pela extrema-direita germânica, hoje o é, pelas direitas ao redor do mundo, o seu análogo; *marxismo cultural*. O termo é utilizado para abranger tudo que se refere ao secularismo religioso, multiculturalismo, direitos dos homossexuais, feminismo, etc. Segundo os novos “cruzados” que buscam defender a “moral cristã”, e o 1964: *O Brasil entre armas e livros*, o *marxismo cultural* teria sido montado como um “plano mestre” pela Escola de Frankfurt e que agora domina o mundo em sua agenda esquerdista.

A origem do termo vem de um artigo da revista *Fidelio*<sup>29</sup>, intitulado *New Dark Age: Frankfurt School and Political Correctness*<sup>30</sup>, escrito por Michael Minnicino e que fora disseminado ao longo dos anos através de organizações de cunho conservador e neoliberal, como o *Civitas Institute*. O maior expoente brasileiro em defesa desse termo é, justamente, Olavo de Carvalho, além dos grupos da nova direita brasileira, do qual faz parte o *Brasil Paralelo*.

Entretanto, por mais que o Gramsci, em sua visão de *bloco histórico* e o processo da conquista da hegemonia realmente tivesse, como proposta, uma “normalização do pensamento comunista”, como afirma, na película, o filósofo liberal-conservador Luiz Felipe Pondé, isso, em nada, tem a ver com as pautas que são sugeridas originalmente por Minnicino. O que nos dizem Rubens Pinto Lyra e José Antonio Spinelli (2017), citando o próprio Gramsci?

A viabilização de um bloco histórico progressista depende, em primeiro lugar, do estudo e da compreensão da realidade nacional em toda sua complexidade. Em seguida, da conquista da autonomia dos trabalhadores. Por último, da “capacidade desta classe de elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional-popular; e só quando se forma essa vontade coletiva é que pode se constituir e cimentar um novo bloco histórico revolucionário [...]” (GRAMSCI: 1981, 120).

<sup>27</sup> Bolchevismo cultural.

<sup>28</sup> DEÁK, István. **Weymar Germany’s left-wing intellectuals**: A political history of the Weltbühne and its circle. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

<sup>29</sup> Revista do instituto Schiller. O instituto é conhecido por ser um *think tank* de cunho conservador, e que homenageia Friedrich Schiller (1759-1805), poeta, filósofo, médico e historiador alemão.

<sup>30</sup> MINNICINO, Michael. The new dark age: The Frankfurt School and ‘political correctness’. **Fidelio**, [s. l.], ed. 1, 1992. Disponível em: [https://archive.schillerinstitute.com/fid\\_91-96/921\\_frankfurt.html](https://archive.schillerinstitute.com/fid_91-96/921_frankfurt.html). Acesso em: 15 nov. 2019.

A criação de uma homogeneidade de pensamento entre a classe trabalhadora, e também das “[...] classes obreiras, camponeses e pequenos proprietários urbanos e rurais, profissionais liberais e autônomos, setores majoritários das classes médias, estudantes, desempregados etc” (LYRA; SPINELLI, 2017, p. 210) não tem a ver com a ideia de uma dominação homossexual ou do politicamente correto, mas antes, de uma consciência de classe sem o confronto direto entre proletariado e Estado, que seria desnecessário em sociedades com dispositivos democráticos bem estabelecidos, e portanto ultrapassada.

Uma complexificação do Estado e das relações sócio-econômicas deste haveriam levado a situação da classe trabalhadora perante ele para um novo patamar, transformando-a não mais no sujeito principal da revolução, mas mais um entre vários sujeitos.

Estes novos espaços de sociabilidade política que constituem, junto com os sujeitos coletivos mencionados anteriormente, imensa teia de formas associativas, consolidam uma dimensão essencial de poder numa sociedade capitalista desenvolvida, situada entre as esferas econômicas e o Estado: *a sociedade civil* (LYRA; SPINELLI, 2017, p. 204)

Partindo para seu conceito de *hegemonia*, podemos conceber tal ideia de Gramsci como o poder das classes unidas de mover, mudar, conquistar, manter e ampliar suas esfera de comando (LYRA; SPINELLI, 2017). Tal *hegemonia* passa por dois momentos; o de uma *direção política* e uma *reforma intelectual e moral*. Enquanto a *direção política* atravessa a vontade coletiva, a *reforma intelectual* aponta seu caminho, de maneira que se uma revolução precisa vir de baixo pra cima, aqueles que vem de baixo precisam transformar suas consciências de modo a se tornarem unitários.

Carlos Curro (2014, p.13) identifica que:

[...] a conquista da hegemonia (coerção mais consenso) na sociedade civil pela classe subalterna e o caminho para uma verdadeira revolução que permitiria resolver as contradições do sistema capitalista passam necessariamente pela construção de um novo modo de viver, produzir e pensar o mundo que subverta e supere a ordem anterior [...]

E, pelo próprio Gramsci (1991, p. 9), *apud* Curro (2014, p. 13):

Pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? Eis porque uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. E mais, o programa de reforma econômica é o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.

Dessa forma, as falas de um suposto *marxismo cultural*, ou então de um *gramscismo* que invade os campos educacionais brasileiros, não passa de um bode expiatório criado por um *think tank* ligado à extrema direita internacional, e que reverbera no pensamento da extrema direita brasileira.

O documentário a partir de então correlaciona os movimentos musicais, a mídia posteriormente anti-ditatorial, movimentos estudantis, teologia da libertação,



criação do PT, fim da ditadura, et cetera, como partes de uma ocupação de espaços de uma esquerda seguidora deste *gramscismo* que, segundo eles, assola o país que teria se tornado “o país mais *gramscista* do mundo (sic)”, apontando que todas as formas de oposição ao regime, especialmente nas artes, não passavam de alienações para jovens que achavam que “[...] a forma de ser oposição no regime militar passará a ser *cool* (sic)”.

Por último, o confronto da película perante a historiografia revela sua face através da voz do escritor Flávio Morgenstern, dizendo:

[...] os professores de História? A teoria da panela de pressão do General Golbery vai dizer exatamente isso, ou seja, lá eles precisam falar livremente. O que é que viraram as universidades brasileiras? Pessoas que falam “eu estudei história” sendo que elas estudam historiografia marxista para tudo.

Nesse momento, o desconhecimento acerca dos diversos paradigmas que se expandem através da universidade e da História é de claro desconhecimento de Morgenstern. Barros (2013, p.22-24) esclarece:

Também a História iria assistir no século XX a uma multiplicação de teorias da História e de paradigmas historiográficos.

[...]

No interior das perspectivas historicistas e materialista-histórica, por exemplo, surgem diversificadas correntes teóricas, algumas inclusive bastante contrastantes entre si [...]

Mesmo em seu arco mais amplo, a História assiste desde então à proposta de novos feixes paradigmáticos para além do tradicional viés hipotético-dedutivo [...] e afirmam-se como alternativas importantes o “paradigma da complexidade”, à maneira de Edgar Morin, a “perspectiva micro-historiográfica” [...] que Carlo Ginzburg denominou de “paradigma incendiário” [...];

A seu tempo, também as metanarrativas que [...] começam a ser questionadas por uma historiografia que muitos chamarão de pós-moderna.

Se tratando de Ditadura Militar, não é preciso ir muito longe para averiguar que se a historiografia, em sua essência, permite o seu revisitar e portanto *reversionismos*, não existe, portanto, estudos unilaterais acerca do tema na academia, ainda que talvez por certo período, a voz de grupos ligados aos liberais e à esquerda tenha tido maior adesão, enquanto grupos que outrora, no regime, foram silenciados. Sobre esse silêncio, podemos diferenciar o do perpetrador da violência como o silêncio do tabu, e o das vítimas como trauma (NAPOLITANO, 2015, p. 27), e não são, portanto, iguais, e não possuem, assim, os mesmos motivos.

#### 4. CONCLUSÃO

Neste trabalho foi possível fazer uma breve travessia entre o campo da *guerra de memória* com as atuações do *reversionismo* e do *negacionismo*, a destacar a obra foco de estudo, *1964: O Brasil entre armas e livros*. Vimos que, primeiramente, a *batalha de memória* ganhou ainda mais fôlego a partir da polarização política brasileira, principalmente com as produções que antagonizam a historiografia em prol de uma memória militarista, seguindo como orientação as obras revisionistas e memorialistas que já haviam sido produzidas ainda na

década passada. Todavia, é interessante notar a fala de Damien Melo (2005, p.63) quando diz que “[...] se até hoje no Brasil quase ninguém se afirma *de direita*, o que não implica que a direita em si não exista [...]”, destoa do que acontece hoje, onde a direita ganhou voz, poder e a presidência; o que corrobora com a ideia de que a batalha pela memória da ditadura militar está mais viva do que nunca, e que mediante a extrema polarização política atual, o crescimento do *negacionismo* e sua viabilidade representativa por agentes do Estado, se torna uma *guerra de memória*.

O discurso memorial da direita ganha números quando resolve “intelectualizar” aquilo que professam como verdade, e é isso que observamos no estudo de caso de *1964: O Brasil entre armas e livros*. Utilizando de conceitos como *lugar social* e *não-dito*, de Certeau, esse artigo entrelaçou o discurso dos entrevistados pelo documentário e suas relações com seus documentos e com as organizações e ideologias do qual os participantes fazem parte.

A partir desse momento, entendemos os discursos *revisionistas* e *negacionistas* presentes na obra, discutindo alguns poucos, dos numerosos pontos abordados no documentário. Apesar de não ter como se trabalhar toda a extensão do conteúdo deste, o que necessitaria, talvez, da escritura de uma futura dissertação ou de um livro, este trabalho pode apresentar contrapontos com relação ao que se é defendido na obra do *Brasil Paralelo*.

Para além, a ideia de *marxismo cultural*, tão cara nos dias de hoje e disseminada pelo filme, fora discutida desde sua origem, pontos, inverdades e argumentos acerca da fragilidade do termo que tem como origem uma teoria da conspiração, mas que ganha forma e é discutido e combatido, como bode expiatório, pelas forças políticas alinhadas com o pensamento neoliberal e conservador no país, que acusam as instituições de educação de estarem contaminadas por este *gramscismo*.

Como diria Motta (2013), estes “alheios às disputas acadêmicas acerca das dificuldades para a construção de representações verdadeiras [...]” buscam a implementação de suas próprias verdades em detrimento não só das memórias da esquerda, quanto da historiografia.

Cabe citar, também, Dezemone (2014) ao sustentar que “[...] a democracia não é o regime das maiorias, até porque as maiorias podem ser tirânicas”, e as condições atuais da política nacional apontam justamente para tal: maiorias autoritárias, respaldadas por membros do governo com mentalidades autoritárias, descendentes dos escombros da Ditadura Militar, e que estão bastante presentes atualmente.

Com o auxílio dos autores citados ao longo do presente artigo, pôde-se contribuir para o debate acerca da *guerra de memória*, e a partir da análise do documentário, não só se conclui que este é fruto desta guerra e de produções revisionistas muitas vezes enviesadas que auxiliam o discurso negacionista, como é gerador de opiniões de mesmo cunho e símbolo material da mentalidade que permeia a política nacional nos dias de hoje.

## REFERÊNCIAS

- 1964: O Brasil entre armas e livros. Direção: Felipe Valerim, Lucas Ferrugem. Produção: Henrique Zingano. Intérprete: Ondrej Kubala, Cláudia Sies Kubala. Roteiro: Henrique Zingano, Lucas Ferrugem. Fotografia de Eduardo Gressler, Filipe Valerim, Gabriel Furquim. [S. l.]: Brasil Paralelo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a História: Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um "parto difícil". CLIO-Série História do Nordeste, Recife, n. 15, p. 39-52, 1994.
- BARROS, José D'Assunção. A expansão da História. In: BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2013. cap. 1, p. 13-38.
- CARVALHO, Olavo de. **Nunca esqueçam: "Consenso científico" é apenas contagem de votos. Tem tanta autoridade quanto a moda**. 14 nov. 2019. Twitter: @opropriolavo. Disponível em: <https://twitter.com/opropriolavo/status/1195007727027867650>. Acesso em: 15 nov. 2019
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CURRO, Carlos Augusto de Godoy. **O pensamento de Antonio Gramsci e as possibilidades de revolução passiva ou efetiva no capitalismo do século XXI**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- DEÁK, István. **Weymar Germany's left-wing intellectuals: A political history of the Weltbühne and its circle**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.
- DEZEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. **Revista Maracanan: O Golpe de 1964 e seus desdobramentos: lutas, artes, repressão e memória**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 56-67, 2014.
- FILHO, João Roberto Martins. A guerra da memória: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia história**, v.18, n.28, p.178-201, 2002.
- FOREIGN relations of the United States, 1945–1950, Emergence of the Intelligence Establishment: banco de dados. In: OFFICE OF THE HISTORIAN. Banco de Dados. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945-50Intel>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 25-39.

HILLENKOETTER, Roscoe Henry. Memorial. 1947. 672 p. Psychological Warfare Central Intelligence Agency, Washington. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945-50Intel/d244>. Acesso em: 20 nov. 2019.

JOVEM PAN. **Defensor da Ditadura, Jair Bolsonaro reforça frase polêmica: “o erro foi torturar e não matar”**. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/panico/defensor-da-ditadura-jair-bolsonaro-reforca-frase-polemica-o-erro-foi-torturar-e-nao-matar.html>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

LYRA, Rubens Pinto; SPINELLI, José Antonio. Gramsci: O Estado como lócus de hegemonia. In: LYRA, Rubens Pinto. **Teoria política e realidade brasileira: e suas incidências sobre a conjuntura política atual**. 21. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2017. cap. 5, p. 199-238.

MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia: O revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964**. 2005. Dissertação (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MINNICINO, Michael. The new dark age: The Frankfurt School and ‘political correctness’. **Fidelio**, [s. l.], 1992. Disponível em: [https://archive.schillerinstitute.com/fid\\_91-96/921\\_frankfurt.html](https://archive.schillerinstitute.com/fid_91-96/921_frankfurt.html). Acesso em: 15 nov. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 57-69, janeiro-junho 2013.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Revista Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15esp, p. 9-44, nov. 2015.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Memória dos militares sobre as ditaduras do cone sul: uma perspectiva comparada acerca das iniciativas contra o esquecimento. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. **Anais....** Caxambu: [s.n.], 2009. p. 2-17.

SANTOS, Gilbergues. O dilema dos comunistas: revolução ou reformas?. In: SANTOS, Gilbergues. **Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiros de um tempo perdido?: A atuação das organizações de esquerda em Campina Grande - 1968/1972**. 21. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2015. cap. 2, p. 77-112.

URIBE, G. Bolsonaro diz que enem sem ditadura militar não teve ‘desinformação’. **Folha de São Paulo**, Brasília, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/bolsonaro-diz-que-enem-sem-ditadura-militar-nao-teve-desinformacao.shtml>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: LeYa, 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus ancestrais, especialmente meus avós, dos quais eu não seria absolutamente nada, ainda mais meu avô (*in memoriam*), que mesmo tendo partido, ainda está comigo.

Aos meus pais que mesmo diante das dificuldades, sempre priorizaram minha educação e formação de caráter.

A esta instituição que me acolheu, e todo seu corpo docente, tão competente, que me permitiu sair das trevas da ignorância para galgar lugares mais altos e ainda que distante, mais perto do panteão dos grandes intelectuais.

Ao meu orientador José Adílson Filho, que não só me orientou e deu todo o suporte que poderia, foi também um grande amigo e professor, incentivando e corrigindo.

Aos meus amigos e colegas e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse estar aqui e fizeram parte de minha formação, especialmente Fernando, Sayonara, Talita, Arthur, Pedro, Torres, Ismael e Amanda; meu muito obrigado.